

Administração Escolar - Análise da Temática na Produção Acadêmica do Núcleo de Pós-Graduação em Educação*

Martha Suzana Nunes de Azevedo¹ & Jorge Luiz Cabral Nunes²

¹ Núcleo de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão SE, Brasil

² Faculdade São Luis, 49000-000, Aracaju SE, Brasil

martha.suzana@uol.com.br, jorge@faculdadesaoluis.com.br

(Recebido em 30 de janeiro de 2007; aceito em 28 de setembro de 2007)

Esse trabalho investiga até que ponto a Administração Escolar tem sido abordada, direta ou indiretamente, nas dissertações produzidas no Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, no período de 2000 a 2006. Para atingir tal objetivo, foi feita uma apresentação de aspectos relacionados à Administração Escolar a fim de balizar o entendimento da questão para posterior análise das dissertações. Assim, foram selecionadas por critério probabilístico intencional as dissertações de Nunes (2000), Patrício (2003), Costa (2003), Mendonça (2003) e Nery (2006) que trabalharam instituições escolares do Estado de Sergipe.

Palavras-chave: Administração escolar; práticas administrativas; instituições escolares

Such study investigates to what extent the School Administration has been approached, direct or indirectly, in the essays produced in the Masters degree Center in Education of the Federal University of Sergipe (UFS) from 2000 to 2006. Aiming to reach such goal, a presentation to the School Administration was made in order to balance the understanding of the subject for subsequent analysis of the dissertations. Like this, criteriously were selected some dissertations by Nunes (2000), Patrício (2003), Costa (2003), Mendonça (2003) and Nery (2006) who worked closed to state institutions in Sergipe.

Keywords: School administration, administrative practices, school institutions

1. INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é apresentar uma análise de algumas dissertações produzidas no Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação da Universidade Federal de Sergipe, no período de 2000 a 2006, que apresentaram alguma aproximação, direta ou indiretamente, com a temática da Administração Escolar.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico que procurará entre as dissertações que trazem informações sobre instituições escolares, apreender o modo como foi abordada a administração dessas escolas ou até mesmo o silenciamento dessa temática, o que contribuirá para a compreensão e confirmação ou não da necessidade de estudos que possam aprofundar ainda mais essa questão.

Tal análise justifica-se pela necessidade de se compreender como a utilização dessa temática vem sendo priorizada nos estudos do Núcleo de Pós-Graduação em Educação, principalmente considerando-se o projeto de pesquisa que ora estamos desenvolvendo, o qual tem como objetivo estudar as Práticas de Administração Escolar do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia.

Nesse sentido, inicialmente serão apresentados no primeiro capítulo alguns aspectos relacionados à Administração Escolar, representando-se em importante subsídio para a compreensão das práticas administrativas e de que forma elas podem servir de parâmetro de avaliação das dissertações.

A apresentação e análise das dissertações comporão um segundo capítulo, onde a presença ou ausência da temática da Administração Escolar e a forma de sua abordagem serão ressaltadas e, ao final, será tecido um comentário sobre o trabalho

2. REVISÃO DA LITERATURA

Como um campo que vem se ampliando, a Administração Escolar e sua constituição enquanto teoria vem suscitando algumas pesquisas que a tomam como objeto em busca da sua apropriação epistemológica.

Não obstante esse novo quadro de pesquisas, autores como Ribeiro (1978) buscaram fundamentar uma teoria da Administração Escolar. Ao abrir seu “Ensaio de uma Teoria Geral da Administração Escolar” na ocasião em que concorria à cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1953, o autor revela os motivos que o levaram à escolha desse tema. Destaca, entre eles, o fato da Administração Escolar não ter merecido nenhuma tentativa, por parte dos educadores, de uma sistematização que lhe servisse de base conceitual. Além disso, também ressalta a inexistência de textos relativos ao assunto, considerando que os escritos monográficos norte-americanos pouco se enquadravam à realidade brasileira (RIBEIRO, 1978, p. 1).

O autor justifica, assim, a importância da Administração Escolar, principalmente por considerar a educação um “gênero de primeira necessidade” e que, como tal, especialmente no âmbito público, precisava funcionar de forma a obter o melhor rendimento, o que, segundo ele, só seria possível com uma compreensão e uma aplicação segura da Administração Escolar (RIBEIRO, 1978, p. 2).

Nesse sentido, para ele

A Administração Escolar envolverá, portanto, apenas os aspectos da educação e da instrução que se enquadrem e se desenvolvam dentro do processo de escolarização. (...) A teoria da Administração Escolar busca seus fundamentos nas atividades da escola que é, como pretendemos demonstrar, um daqueles recursos de que a sociedade lança mão para criar o clima em que o indivíduo deve educar-se “para” situações determinadas (RIBEIRO, 1978, p. 8).

Outro educador que se preocupou em teorizar sobre a Administração Escolar foi Anísio Teixeira. Sua formação no Teachers College da Universidade de Columbia em Nova York entre meados de 1928 e 1929, deu-lhe uma formação que lhe firmou o campo da Educação como privilegiado. Aliada a essa formação, também contribuíram as experiências vividas por Anísio em diversos cargos na Administração Pública. Essa influência e os estudos desenvolvidos no Teachers College o levaram a olhar com mais atenção para a realidade brasileira na qual estava inserido e a compreender a importância do estabelecimento de uma política construída com base em uma teoria geral da Educação (NUNES, 2000, p. 188).

Retornando ao Brasil convidado a assumir a Diretoria da Instrução Pública da Bahia, implementou algumas inovações em sua terra natal, não obstante as críticas sofridas por seus conterrâneos. Assim, a partir de seu trabalho, tornou-se conhecido em outras instâncias, passou a conviver e a participar do grupo dos Pioneiros da Educação, aqueles que figuravam como precursores da Escola Nova, entre eles, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho e cujo ideal de Educação se alinhava com suas proposições: a busca de uma educação modernizada.

Nesse contexto, Anísio assumiu o cargo de Diretor-Geral da Instrução Pública do Distrito Federal em 15 de outubro de 1931 como sucessor de Carneiro Leão e Fernando de Azevedo. Conforme nos indica Nunes (2000, p. 227), contribuíram para sua atuação na Diretoria recém assumida a experiência adquirida em seis anos de gestão na educação baiana, uma teoria filosófica da educação e os contatos que havia feito ao ocupar, nesse mesmo ano, o cargo de Superintendente do Serviço Geral de Inspeção do Ensino Secundário do Ministério da Educação e Saúde.

Desse ambiente administrativo e em conjunto com Lourenço Filho, nomeado para assumir a direção do Instituto, Anísio pôde implementar e experimentar suas teorias sobre a educação que o diferenciaram não só enquanto professor, mas enquanto administrador escolar.

Com base na pesquisa desenvolvida por Vidal (2001) é possível perceber algumas características que identificam o modo diferenciado na administração de Anísio Teixeira, relativamente tanto a seu antecessor Fernando de Azevedo, como a seu sucessor Lourenço Filho, à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, respectivamente. Dentre elas o uso de inquéritos com o objetivo de avaliar a

frequência, a retenção e o abandono escolar (VIDAL, 2001, p. 65), a inserção de um conjunto de testes, os quais foram aplicados junto aos alunos do Distrito Federal com o objetivo de conhecer a população escolar e melhor estruturar o ensino primário (VIDAL, 2001, p. 66) e a instalação de escolas experimentais onde pudessem ser testados novos métodos de ensino. Reforçava com essas ações sua noção de experiência como possibilidade de criação que se traduzia em novas concepções científicas, capazes de produzir uma renovação constante da educação.

São modestas escolas-laboratório, onde se estão ensaiando com grande proveito para as crianças e para os professores e em condições tão livres e tão favoráveis quanto possível, algumas técnicas da escola renovada (TEIXEIRA apud VIDAL, 2001, p. 68).

Empreendeu, também, uma ampla reestruturação administrativa junto à antiga Subdiretoria Técnica e Administrativa, criando novos serviços que deram uma maior dinamicidade à Diretoria de Instrução Pública, que deveria ocupar-se, primordialmente, da tarefa de imprimir um determinado rumo à educação carioca (VIDAL, 2001, p. 76).

Não obstante essas colocações há que se entender em suas atitudes um traço marcadamente do homem público que Anísio foi e de sua formação voltada para a educação. Assim, não é difícil perceber sua tendência à administração, não só como professor da cadeira, mas efetivamente como administrador que foi.

Em textos escritos entre os anos de 1956 e 1964, Anísio se expressa sobre a Administração Escolar a partir de suas experiências à frente dos órgãos que conduziu, tendo como fonte para essa Administração o ensino, elegendo como temas principais a oposição da Administração Escolar à Administração Industrial, a conformação da Administração Escolar como tarefa privativa de professores e a descentralização administrativa como necessária à autonomia das escolas (MACHADO, 2001).

Percebe-se, assim, mais claramente, que sua trajetória política, cujo campo privilegiado de atuação foi a Educação, trouxe-lhe a possibilidade não só de aplicar os ensinamentos recebidos em sua passagem pela América do Norte, como também de desenvolver ele próprio sua marca de administrador da educação. O caráter inovador de sua atuação rendeu-lhe glórias e derrotas. Mas, há que se ressaltar, trouxe para o campo da Administração Escolar uma relevância que ainda não havia sido experimentada não só pela falta de estudos aprofundados na área como pelo descaso com a formação de professores que pudessem assumir essa função (TEIXEIRA, 1961).

Como diria o próprio Anísio

E, é comum, entre nós, pensar que aquilo que não se aprende senão em muitos anos, não se precisa aprender. Daí, não se precisar de preparar o administrador. O Brasil é talvez um país dos mais excepcionais neste assunto. Não me consta que os administradores se preparem no Brasil. Parece que não há administração no Brasil no sentido real de algo que se possa aprender e, muito menos, em educação, onde, ao que parece, nunca houve busca de administradores para as escolas. Qualquer pessoa pode dirigir as escolas. Qualquer pessoa pode administrar o ensino. É evidente que o país acha que para isso não é preciso preparo (TEIXEIRA, 1961).

Tal proposição está de acordo com a perspectiva apontada por Alonso (1978, p.2), quando indica que a função de administrar envolve as atividades de integração do trabalho escolar, mais especificamente a integração entre as chamadas funções técnicas, relacionadas diretamente com as atividades do professor, e as funções administrativas, pelas quais responde o diretor (ALONSO, 1978, p.3).

Por isso, segundo Alonso, essa função e o papel que ela representa não pode ser vista isoladamente, mas como um elemento de suma importância que permita orientar todo um processo de mudança indispensável para a renovação da educação. Para a autora

A direção da escola é tarefa fundamental, tanto no conjunto das atividades administrativas de uma unidade escolar, como no conjunto das atividades administrativas ao nível do sistema escolar geral, uma vez que dela depende tanto a realização de objetivos e necessidades sociais mais próximas (da localidade em que se insere), como a realização de objetivos educacionais mais amplos (fins sociais da

educação, em termos nacionais ou mesmo universais), aos quais se subordinam os primeiros (ALONSO, 1978, p. 4).

Num estudo que vem sendo desenvolvido por Maia, Ribeiro e Machado (2003), no qual buscam a compreensão dos processos da construção teórica da Administração Escolar, como também o reconhecimento de elementos que possam ser definidos como marcos constitutivos da área, observa-se a importância das pesquisas que têm buscado um aprofundamento dessa temática para que se tenha um corpus teórico suficiente para defini-la e tratá-la enquanto campo científico.

Diante da escassez de análises e pesquisas voltadas para o desenvolvimento de uma teoria da Administração Escolar, os autores analisaram diferentes textos que abordam essa temática e puderam identificar algumas singularidades nessa produção, especificamente entre os anos de 1950 e 1990. Segundo eles, a hipótese levantada refere-se

à possibilidade de, ao longo do período 1950-1980, identificar-se momentos e movimentos, na teoria da administração da educação, traduzidos em modelos teóricos, por meio da análise de um conjunto de textos/autores. Os autores selecionados para exame são Anísio Teixeira, Querino Ribeiro, Lourenço Filho, Myrtes Alonso, Maria de Fátima Costa Feliz e Vitor Paro (MAIA; RIBEIRO; MACHADO, 2003, p.3).

Tais análises puderam detectar nos textos produzidos nos anos 70 uma produção fragmentária, de caráter instrumental e pouco divulgada. Já nos textos relacionados aos anos 80 pôde-se observar uma aproximação ao referencial teórico de inspiração marxista e nos anos 90, por meio da utilização de múltiplos referenciais, observou-se certa revitalização na produção relacionada à área, mas que se apresenta fortemente influenciada pelo aspecto “gerencialista”, voltada para a questão da qualidade total (MAIA; RIBEIRO; MACHADO, 2003, p.2).

Outro ponto que recebeu atenção nessa mesma pesquisa foi a influência da criação da ANPAE – Associação Nacional de Professores de Administração Escolar, em 1961 – no desenvolvimento de uma teoria da administração da educação no Brasil. Tomando por baliza o trabalho de Sander (1986), os autores reiteram que o estudo dos textos veiculados nas publicações da Associação apresenta uma relevância importante na evolução de uma teoria administrativa ligada à Educação no Brasil (MAIA; RIBEIRO; MACHADO, 2003, p.12).

Enfim, conforme demonstrado, já se configura a relevância dos estudos sobre Administração Escolar, não só pela existência de uma Associação que tem buscado a afirmação dessa área por meio de suas publicações, mas também pelo despertar de pesquisadores ligados à Pós-graduação que têm investido em pesquisas a fim de colaborar com a compreensão e a fundamentação de uma teoria da Administração Escolar no Brasil.

3. MÉTODOS

Para a compreensão da Administração Escolar enquanto abordagem metodológica de estudo da Educação faz-se necessária uma incursão pelos trabalhos produzidos nesse campo, onde se visualiza a possibilidade de inserção nas questões que a envolvem e sua conceituação. Assim, é imprescindível o olhar sobre as contribuições deixadas pelos mestrados do Núcleo de Pós-Graduação em Educação que trabalharam a pesquisa envolvendo Instituições Escolares. Nesse sentido, foram selecionadas através de critérios não probabilísticos intencionais as dissertações de Patrício (2003), Costa (2003), Mangueira (2003) e Nery (2006). Além dessas, a dissertação de Nunes (2000) também foi selecionada por abordar especificamente a questão da Gestão Escolar. Assim, em seguida, serão analisados alguns aspectos apresentados nos referidos trabalhos e que se relacionam com a temática em questão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. A Abordagem da Administração Escolar nas Dissertações do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da UFS de 2000 a 2006

Com o objetivo de analisar a ação colegiada tendo em vista a construção da gestão democrática nas escolas municipais de Aracaju no período de 1986 a 1998 a partir do ponto de vista dos educadores, Nunes (2000) investigou a prática da democracia nas escolas públicas, especialmente em seus órgãos colegiados. A escolha feita pela autora em analisar as escolas da rede municipal justificou-se pelo fato de poder observar com mais ênfase a prática da eleição para os cargos de direção das escolas públicas, fato não observado nas instituições particulares, onde o cargo de direção representa uma função de confiança, caracterizando, muitas vezes, um clientelismo ainda latente no meio educacional.

Para iniciar sua coleta de dados, Nunes escolheu cinco escolas (Marechal Teixeira Lott, Sérgio Francisco da Silva, Olga Benário, Anísio Teixeira e Juscelino Kubitschek) que possuíam características semelhantes em termos de clientela, porte e número de matrícula. De 235 profissionais eleitos, a autora selecionou os que foram dirigentes sindicais, diretores eleitos pelo voto direto ou que mesmo não tendo sido eleitos, concorreram ao pleito, professores que participaram da presidência dos colegiados ou que freqüentaram com regularidade suas reuniões, num total de 17 entrevistados. Foram ouvidos mais 5 educadores que exerceram papel importante na direção do Sindicato e na equipe da Secretaria Municipal de Educação (NUNES, 2000).

Buscou, dessa maneira, a constituição dos órgãos colegiados nas escolas municipais e como se deu sua apropriação, tanto por parte do poder público como pelos diversos segmentos escolares. Para tanto, Nunes aproximou-se do conceito de gestão democrática tomada de Paro como “a gestão da escola pautada na participação da comunidade em seu processo administrativo” (PARO, 2004, p. 15), a fim de analisar os dados encontrados por meio das entrevistas e da coleta de informações nos estatutos e atas das reuniões dos órgãos colegiados.

Esse universo revelou-se contraditório justamente enquanto tratado como democrático, considerando que toda mudança implementada desde 1985 no âmbito da Gestão Escolar, ao mesmo tempo em que avançava no sentido da democratização, matinha em vários aspectos, traços de continuidade com o autoritarismo e a centralização. Além disso, Nunes ressaltou que a experiência dos órgãos colegiados na rede municipal de ensino de Aracaju foi marcada pela ruptura e continuidade, avanços e recuos, o que demonstra que ainda há barreiras para a implantação da Gestão Democrática nas escolas (NUNES, 2000).

A dissertação de Patrício (2003) intitulada “Educando para o trabalho: a Escola de Aprendiz Artífices em Sergipe (1911-1930)”, buscou resgatar e analisar a trajetória da Escola de Aprendiz Artífices no Estado de Sergipe (EAA/SE), focalizando os limites e sucessos que marcaram seu projeto, como também buscando uma articulação entre o processo de implantação e da consolidação dessa instituição profissionalizante com as condições sociais e a política educacional vigente, considerando aspectos locais e nacionais.

Analisou, inicialmente, o processo de criação das Escolas de Aprendiz Artífices no Brasil, entrando pela discussão de questões como a necessidade de inserção do homem nacional na lógica de produção capitalista através do trabalho e a busca da construção de uma identidade nacional através da crença na educação, balizando as iniciativas que levaram à criação, às reformulações e à consolidação das Escolas de Aprendiz Artífices. Depois, tratou especificamente da Escola de Aprendiz Artífices de Sergipe no contexto da cidade de Aracaju, descrevendo o desenrolar do seu processo de implantação e funcionamento, seus limites e possibilidades, destacando os traços da cultura escolar que levaram a Escola a pôr em prática valores da escola republicana como o civismo e a crença no progresso.

Aproximou-se, assim, do conceito de cultura escolar definido por Julia (2001, p. 9) como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

De caráter eminentemente disciplinador da mão de obra infantil e de formação do trabalhador brasileiro, esses se constituíam no público-alvo a que se destinavam as atividades das Escolas de Aprendiz e Artífices, criadas através do Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (PATRÍCIO, 2003, p. 16).

Instaladas nas capitais dos Estados, essas escolas teriam dupla finalidade:

Como escola de ensino primário, inculcava valores éticos e morais, educando indivíduos para viverem em sociedade, enquanto o ensino de ofícios teria como objetivo qualificar os jovens das camadas populares da sociedade através do aprendizado para o trabalho (PATRÍCIO, 2003, p. 17).

Na constituição desses estabelecimentos, uma das dificuldades estava relacionada à composição de seu quadro administrativo e, segundo Patrício (2003, p. 29), principalmente em relação à direção. Segundo a autora, cabia aos diretores toda a parte de organização da escola relacionada à localização, compra de máquinas a serem usadas nas oficinas, contratação de professores, mestres e contra-mestres. Além dessas atribuições, também estavam sob sua responsabilidade os cursos noturnos primários e de desenho e, em 1926, com a Consolidação dos Dispositivos Concernentes às Escolas de Aprendizes Artífices, foram acrescentados novos deveres aos diretores como os referentes à “industrialização” das escolas, à manutenção da disciplina “indispensável ao ensino” e à “boa ordem da administração” (PATRÍCIO, 2003, p. 30).

Quanto ao processo de nomeação desses diretores, eram inicialmente nomeados para ocuparem seus cargos por indicação política e, somente a partir de 1918, a nomeação passou a ser feita através de concurso promovido pela Diretoria-Geral de Indústria e Comércio (PATRÍCIO, 2003, p. 30).

Entretanto, ao relatar a experiência dos diretores na escola em Sergipe, Patrício (2003, p. 97) identificou a atuação dos diretores que por lá passaram desde sua fundação (1911) até o marco temporal estabelecido (1930). Assim, a autora apresentou a atuação do primeiro diretor, o Dr. Augusto César Leite, e de seus sucessores. Nesse sentido, limitou-se a apresentar o modo como os diferentes diretores atuaram de forma a imprimir um caráter mais dependente ou independente em relação ao Governo local, além de destacar a atuação dos escriturários que, havendo ausência de vice-diretor, poderiam assumir a função de diretor. Também observou a mobilidade a que estavam submetidos os ocupantes de cargos de direção das escolas, pois os mesmos poderiam ser transferidos para diversas unidades da Federação (PATRÍCIO, 2003, p. 102).

É bem verdade que ela ressalta a dificuldade de acesso a dados a respeito dos diretores da escola, sendo a maioria deles encontrado nas revistas do estabelecimento. Assim, apesar de apresentar o Quadro VII onde traz uma relação nominal dos diretores da escola até o ano de 1937, as informações sobre suas atuações são limitadas e restritas a poucas personagens (PATRÍCIO, 2003, p. 100).

A proposta de Costa (2003) de pesquisar a história do Colégio Nossa Senhora de Lourdes por meio das memórias de suas ex-alunas buscou a compreensão dos processos vividos ao longo dos setenta anos de existência do colégio, através de seu cotidiano escolar e das práticas escolares que o envolveram.

Instituição criada pelas Irmãs Sacramentinas, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, ao priorizar a formação das moças da elite do Estado de Sergipe, deixou uma marca incontestável de instituição competente na sociedade sergipana. Seu ideário de formação estava em consonância com o ideal de construção de uma nação moderna, moldando-se aos princípios tradicionais da Congregação Religiosa que se traduziam na fé, no carisma e na educação (COSTA, 2003, p. 36).

Segundo Costa (2003, p. 36-37), a administração e condução do colégio ficavam a cargo das irmãs Sacramentinas. Eram elas as responsáveis não só pela formação pedagógica das moças, mas também por sua formação moral, física, intelectual, cívica e religiosa, destinando-as para a Igreja, a sociedade e para a família.

No subitem intitulado “O poder das freiras: política, fé e ensino”, Costa (2003, p. 38) apresentou alguns elementos relacionados à direção da escola, destacando a atuação da Irmã Saint Sylvan como uma das diretoras que grandes contribuições deu ao colégio, ressaltando a concessão pelo poder público da equiparação do Colégio Nossa Senhora de Lourdes à Escola Normal. Também apresentou um quadro indicativo das Irmãs que exerceram a função de diretoras do Colégio entre os anos de 1903 a 1973, ratificando a informação de que o prestigiado cargo de diretor era privativo de uma religiosa que na maioria das vezes era francesa (COSTA, 2003, p. 40).

Um detalhe chama a atenção quando Costa (2003, p. 40) revela a existência dos Estatutos do Colégio, o qual determinava a quem deveria ser designado o cargo de direção do estabelecimento, como também, as atribuições que cabiam ao diretor e a duração de seu mandato (COSTA, 2003, p. 40). Tais informações são indicativas de uma rigorosa constituição administrativa no Colégio, com cargos, atribuições e papéis muito bem definidos dentro da instituição.

O estudo realizado por Manguiera (2003) sobre o Colégio Tobias Barreto também representa uma contribuição para o desvelar do cotidiano e das práticas de uma Instituição Escolar em Sergipe. Tal estudo buscou a reconstituição da história do Colégio Tobias Barreto desde a sua inauguração, em 1909, na cidade de Estância, até o ano de 1946, o qual é considerado pelo autor como o período de declínio de seu sucesso.

O Colégio Tobias Barreto, conforme descrito por Manguiera, representou a inserção de um modelo de Educação em Sergipe pautado num projeto militarista, como parte de um ideário maior de estruturação e desenvolvimento de um pensamento nacionalista e da disseminação de sentimentos cívico-patrióticos na sociedade brasileira na Primeira República (MANGUEIRA, 2003, p. 52).

Fundado em 1909 pelo professor José de Alencar Cardoso, egresso da Escola Militar da Praia Vermelha, constituiu-se, segundo Manguiera (2003, p. 100), como um dos maiores e mais modernos estabelecimentos de ensino do Estado e seu projeto pedagógico apoiava-se na utilização de modernas técnicas como o método intuitivo e na utilização de modernos equipamentos de ensino.

Ao longo de todo o texto, Manguiera (2003) ressalta a importância da figura do professor Alencar Cardoso para o Colégio Tobias Barreto como seu fundador e único diretor até o ano de 1946. Destaca, assim, sua luta para elevar o nome do Colégio como estabelecimento de ensino equiparado ao Colégio Pedro II e para sua expansão e elevação de seu conceito junto à sociedade sergipana.

Relativamente às suas práticas administrativas, poucas informações são apresentadas, considerando o enfoque dado ao ensino militar, às práticas pedagógicas e aos detalhes apresentados a respeito do contexto sócio-político que cercou o período estudado.

No entanto, em um pequeno trecho o autor revela a natureza administrativa do Colégio ao identificá-lo como uma empresa familiar, quando destaca que

O Tobias Barreto continuava a organizar-se como uma empresa familiar, apesar da complexidade gerada pelo seu crescimento, o que fez aumentar o corpo administrativo e o pessoal contratado. (MANGUEIRA, 2003, p. 89)

Descreve, então, seu corpo administrativo que contava, além do diretor, com um secretário, um auxiliar-datiógrafa, um porteiro, quatro serventes, um médico, um dentista, um barbeiro, um engraxate, um marceneiro, um corneteiro, um jardineiro, uma cozinheira e auxiliares (MANGUEIRA, 2003, p. 89).

Nesse sentido, o cuidado em administrar uma instituição dessa natureza e do porte que atingiu o Colégio Tobias Barreto, por parte do professor Alencar Cardoso, precisou ser redobrado, principalmente pela abertura de novos estabelecimentos de ensino que passaram a representar uma forte concorrência às matrículas realizadas naquele período em Aracaju. Assim, Manguiera ressaltou que diante das dificuldades enfrentadas, o professor Alencar Cardoso precisou operar certas modificações visando à manutenção do Colégio, dentre elas, a sua transformação de empresa familiar em sociedade anônima (MANGUEIRA, 2003, p. 93).

Diante de tais condições, a estrutura administrativa do Colégio foi reconfigurada, passando a ser formada por três diretores e um conselho fiscal, os quais possuíam atribuições bem definidas:

O diretor-presidente: responsável por dirigir todo o serviço dos estabelecimentos de ensino pertencentes à Sociedade; o diretor-secretário: responsável por dirigir todo o serviço de correspondência da Sociedade e substituir o diretor-presidente; e o diretor-gerente, responsável por representar em juízo a Sociedade, decidir todos os negócios e questões sociais, convocar o conselho fiscal e a assembléia geral, fazer as resoluções das assembléias gerais. (MANGUEIRA, 2003, p. 94)

No entanto, o autor ressaltou que essas e outras modificações realizadas pelo professor Alencar Cardoso não foram suficientes para conter a crise, especialmente financeira, que se abateu sobre o Colégio Tobias Barreto. Tais fatos levaram o professor a vender o Colégio em 12 de janeiro de 1946, terminando o período denominado por Mangueira de “Alencariano” e de um projeto de educação pautado em bases militares (MANGUEIRA, 2003, p. 96).

Nery (2006), ao estudar o Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas administrativas, desenvolveu seu trabalho buscando compreender as origens do ensino agrícola em Sergipe e, mais especificamente, a história do Patronato Agrícola de Sergipe, a fim de elucidar as lacunas produzidas pela historiografia educacional em torno dessa Instituição.

Tratando sobre a questão da assistência à infância em instituições educacionais, o autor buscou demonstrar que a inauguração de estabelecimentos para esse fim deu-se no final do século XIX e não na República, conforme vem sendo difundido pela historiografia que aborda a questão (NERY, 2006, p. 6).

As pesquisas em torno do Patronato Agrícola de Sergipe levaram o autor a enfocar seu processo de criação, envolvendo não só os aspectos relacionados a sua implantação, mas também a inferir sobre os espaços e tempos da instituição (NERY, 2006, p. 6), importantes para o desvendamento do cotidiano escolar, ao qual o autor se detém mais aprofundadamente no terceiro e quarto capítulos.

É nesse ponto, então, que Nery, ao analisar as personagens do Patronato, apresenta informações sobre o processo diretivo que o envolveu, especificamente, a figura dos diretores e as relações de poder em torno de suas práticas cotidianas.

Ressaltou, assim, a rotatividade na função dos funcionários da instituição, especialmente dos diretores, aos quais dispensou uma maior atenção. Mas, seu principal foco de análise centrou-se nas relações de poder estabelecidas pelos diretores que assumiram a administração do Patronato. Neste sentido, dentre as observações realizadas, Nery (2006, p. 74) aponta que a figura do diretor imprimia o prestígio da instituição junto às autoridades governamentais do Estado, e boa parte desse prestígio advinha do título de engenheiro agrônomo detido por esses diretores.

Diante da atuação de nove diretores no período de 1924 a 1934, conforme demonstrado no Quadro 14 (NERY, 2006, p. 74), o autor destacou a atuação de alguns deles, como a dos engenheiros agrônomos Juvenal Canário e Bernardino Dantas, que impulsionaram as atividades da instituição, além de conseguir conferir-lhe uma maior autonomia.

Debruçando-se sobre as relações de poder exercidas pelos diretores, Nery (2006, p. 72) ressaltou que as mesmas eram visualizadas em várias modalidades, principalmente no estabelecimento de um código disciplinar, o qual permitia ao diretor centralizar todas as ações, que passavam a depender de sua sanção para que pudessem ser aplicadas. Também lhe cabia a elaboração do regimento interno do Patronato, o que, segundo o autor, demonstrava claramente o poder do diretor quanto aos direcionamentos dentro da instituição (NERY, 2006, p. 73).

Tal poder é identificado por Nery (2006, p.73) como simbólico, conforme descrito por Bourdieu (1989) como “poder subordinado, uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada das outras formas de poder (...)”, pois, segundo o autor, requeria certa cumplicidade ou mesmo indiferença por parte dos que a ele estavam submetidos ou dos que dele faziam uso.

É por este espectro que a questão da administração escolar é abordada por Nery (2006) em sua pesquisa. Como parece não ter sido seu foco principal analisar a categoria gestão escolar em si, mas pelo caminho das relações de poder, sua análise não compreendeu um estudo sobre outras práticas administrativas propriamente ditas, mas relacionadas ao poder exercido pelos diretores ou ao qual estavam submetidos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os autores analisados, ao pesquisarem Instituições Escolares, buscaram apresentar aspectos relacionados ao cotidiano e à cultura escolar de cada instituição e, dessa maneira, também apresentaram informações relevantes a respeito da administração em cada uma delas. Conforme Maia, Ribeiro e Machado (2003, p.2) as informações apresentadas nos trabalhos acima

analisados podem ser identificadas com os estudos recentes produzidos na área da Administração Escolar que, para os autores

Tratam de questões pontuais, são descritivos e/ou exploratórios e poucos têm abordado o avanço teórico da área, especialmente em se tratando de delimitação efetiva desse campo de conhecimento e de sua construção teórico-conceitual (MAIA; RIBEIRO; MACHADO, 2003, p.2).

Ora reportando-se à figura pessoal dos diretores, de suas atribuições, da existência de estatutos ou mesmo das relações de poder que estão nas entrelinhas das relações administrativas, o fato é que, de uma forma ou de outra, algumas informações sobre a Administração Escolar dessas instituições pôde vir à tona, graças ao trabalho desses pesquisadores.

Pode ser compreensível certa superficialidade observada nas pesquisas analisadas se considerarmos os objetivos a que se propuseram tais autores, os quais não apontavam como primordiais o estudo das práticas de Administração Escolar nos estabelecimentos estudados, o que não diminui a riqueza e o conteúdo apresentados por cada um.

Mesmo a dissertação de Nunes (2000), que trata especificamente da Gestão Democrática na escola, direciona uma análise pelo ângulo da participação colegiada na escola, tomando por baliza a Gestão Democrática, mas sem um maior aprofundamento em uma análise teórico-metodológica da Administração Escolar.

Também parece compreensível, e daí a relevância que estudos dessa natureza têm para a História da Educação, recuperar aspectos relacionados à Administração Escolar que tanto tem despertado a atenção de pesquisadores da área que vêm buscando justamente sua afirmação enquanto campo do saber tão atualmente ligado ao desenvolvimento e aprimoramento da escola nos dias atuais.

Não obstante, constata-se a validade de tais estudos e a contribuição dada ao desenvolvimento da pesquisa sobre as Práticas de Administração Escolar do Ginásio de Aplicação da Faculdade Católica de Filosofia, considerando-se que muitos desses aspectos serão alvo de investigação, especialmente aqueles relacionados aos diretores desse estabelecimento de ensino, pois representam figuras importantes no contexto escolar, os quais articulam os sujeitos para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico dentro da escola. Como cargos muitas vezes relacionados a funções de confiança, reacendem a necessidade de se repensar suas práticas administrativas de modo a conformarem um modelo adequado às necessidades latentes dos estabelecimentos de ensino brasileiros, justificando, assim, o desenvolvimento de novas pesquisas que abordem essa questão e contribuam para sua elucidação

*Trabalho apresentado no II Encontro de Pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe.

1. ALONSO, Myrtes. *O papel do diretor na Administração Escolar*. 2. ed. Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL, 1978.
2. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989. 311p.
3. COSTA, Rosimeire Macedo. *Fé, civilidade e ilustração: as memórias de ex-alunas do Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1903-1973)*. 2003. 126f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe. 2003.
4. JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. n. 1. Campinas: Editora Autores Associados/SBHE, Janeiro/Junho. 2001. p. 9-43.
5. MACHADO, Lourdes Marcelino. Evolução do conhecimento em Administração da Educação no Brasil: um recorte da obra de Anísio Teixeira. In: *II Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação. Fórum Português de Administração da Educação*, Universidade do Minho e ANPAE, Braga-PT, p. 18-20, jan. 2001. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/anisio Teixeira/fran/artigos/Carvalho.html>>. Acesso em: 10 jun. 2006.
6. MAIA, Graziela Zambão Abdian; RIBEIRO, Djeissom Silva & MACHADO, Lourdes Marcelino. *A evolução do conhecimento em Administração da Educação no Brasil: suas raízes e processos de constituição teórica*. 2003. Disponível em: <www.anped.org.br/26/trabalhos/grazielazambaoabdianmaia.rtf>. Acesso em: 15 jul. 2006.
7. MANGUEIRA, Francisco Igor de Oliveira. *Collégio Tobias Barreto: Escola ou Quartel? (1909-1946)*. 2003. 117f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe. 2003.

-
8. NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. *A regeneração da infância pobre sergipana no início do século XX: O Patronato Agrícola de Sergipe e suas práticas educativas*. 2006. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe. 2006.
 9. NUNES, Carla Alessandra da Silva. *Gestão Democrática da Educação - A ação colegiada nas escolas municipais de Aracaju*. 2000. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe. 2000.
 10. NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: A Poesia da Ação*. Bragança Paulista, São Paulo: EDUSF, 2000.
 11. PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.
 12. PATRÍCIO, Solange. *Educando para o trabalho: a implantação da Escola de Aprendizes Artífices de Sergipe (1910-1930)*. 2003. 158p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe. 2003.
 13. RIBEIRO, José Querino. *Ensaio de uma teoria da Administração Escolar*. Edição rev., anotada e ampl. Por João Gualberto de Carvalho Meneses. São Paulo: Saraiva, 1978.
 14. TEIXEIRA, Anísio. Que é administração escolar? *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.36, n.84, p. 84-89, 1961.
 15. VIDAL, Diana Gonçalves. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco. 2001. 343p. (Coleção Estudos CDAPH, Série Historiografia).